

# HOMO SOLITARIUS: NOTAS SOBRE A GÊNESE DA SOLIDÃO MODERNA\*

Celso Castro

**Resumo:** O artigo examina a gênese da noção moderna de solidão. A existência de tipos solitários é retraçada desde a Idade Média até o século XX, principalmente através de livros como os *Ensaio*s de Montaigne, o *Robinson Crusó*e de Defoe e *O Homem sem Qualidades* de Musil. Em seguida, são feitas algumas observações sobre a natureza sociológica do solitário moderno – o *homo solitarius* – a partir de noções presentes nas obras de G. Simmel e A. Schutz.

**Unitermos:** Solidão – Individualismo – Simmel – Schutz.

**Abstract:** This article examines the rise of the modern notion of loneliness. The existence of lonely-types is tracked from the middle-ages to the XX<sup>th</sup> century, mainly through books like Montaigne's *Essays*, Defoe's *Robinson Crusó*e and Musil's *The Man with no Qualities*. There follow a few observations about the sociological nature of modern lonely-man – the *homo solitarius* – based on ideas from Simmel's and Schutz's works.

**Keywords:** Loneliness – Individualism – Simmel – Schutz.

Nada parece ser mais universal do que o sentimento de solidão que, em maior ou menor grau, todos conhecemos. Não apenas nos sentimos solitários em alguns momentos, como também sabemos da existência de indivíduos para os quais, imaginamos, a solidão é

“Sempre que tive de participar de algo em comum, qualquer acontecimento humano, me senti como um homem que sai do teatro antes do último ato para respirar por um momento, vê o grandê vazio das trevas cheias de estrelas, e deixa o chapéu, casaco, espetáculo e parte”.

Robert Musil<sup>1</sup>

algo permanente, um dado constitutivo de suas individualidades.

Em todas as sociedades humanas há momentos nos quais o indivíduo está só, no sentido de estar apartado de seus semelhantes. Nas sociedades primitivas, por exemplo,

\* Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no curso “Antropologia das sociedades complexas”, ministrado pelo prof. Gilberto Velho no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, durante o 1º semestre de 1991.

1. Robert Musil, *O homem sem qualidades*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989, p. 530.

muitas vezes os ritos de passagem que marcam a transição entre etapas da vida de um indivíduo envolvem uma situação de liminaridade, quando ele é colocado além das margens da sociedade por um tempo determinado. Nesse caso a “solidão” é não só prevista como também passageira, e termina com a reintegração do indivíduo à comunidade da qual se afastou.

Não é dessa experiência que estamos tratando. Nossa idéia moderna de solidão envolve a possibilidade de, na vida cotidiana, a interação com outros indivíduos ser suspensa ou ocorrer de forma pouco densa, intermitente. Para alguns, a ausência de interações com um razoável grau de intimidade parece ser crônica, permanente. Esse é o indivíduo solitário por excelência, aquele que, gostando ou não, sente-se como o solitário Ulrich, personagem criado por Robert Musil e autor do pensamento da epígrafe.

Ao contrário do que nosso senso comum pode sugerir, esse sentimento de solidão é historicamente datado: a existência de solitários no sentido que nos é familiar só se tornou possível há relativamente pouco tempo. É a gênese desse *homo solitarius* que quero esboçar. Inicialmente, no entanto, é preciso distingui-lo de dois outros tipos. Em primeiro lugar, dos “solitários” religiosos de diversos tipos que sempre existiram na tradição cristã. Entre anacoretas e eremitas, a solidão era procurada como uma forma de ascensão espiritual, de estabelecer um contato mais direto com Deus. Essa solidão voluntária, entretanto, não escapava à vinculação com a Igreja. O ermitão, previa a Regra de São Bento, devia ser provado em suas virtudes religiosas no monastério antes de retirar-se à solidão. Só então, após haver contado com a ajuda de muitos para combater o demônio, era considerado forte o suficiente para deixar a companhia de seus irmãos e passar a lutar só, contando unicamente com a proteção de Deus contra os vícios da

carne e do pensamento. Ao invés de abandonar a coletividade, os solitários de Deus na verdade com ela estabeleciam laços muito particulares.

Em segundo lugar, devemos distinguir o *homo solitarius* de todos aqueles que evitam a sociedade por ódio ou aversão à sociabilidade humana. Um exemplo desse tipo pode ser visto na peça *Le misanthrope ou l'atrabiliaire amoureux*, de Molière (1656). O afastamento da vida em sociedade é atribuído, nesse caso, a motivações que, embora desenvolvidas por indivíduos singulares, têm sua origem no domínio da natureza, como na referência à *atrabilis*, a “bílis negra”, humor imaginário que se julgava ser a causa de tal postura. O misantropo Alceste, apaixonado pela coquete e mundana Celimena, não suporta os costumes, a “falsidade” da vida cortesã, e sente vontade de “fugir para um deserto da humana companhia.” Embora seu amor tenha tudo para ser retribuído, Alceste não consegue manter o mínimo “distanciamento do papel” (para usar uma expressão de E. Goffman) que a etiqueta cortesã exigia. O final da história não é feliz: o misantropo, sentindo-se — equivocadamente — traído e injustiçado, decide “sair de um abismo onde o vício triunfa e ir buscar sobre a terra um lugar afastado onde um homem de honra ainda possa viver e para isso ainda tenha a sua liberdade”.<sup>2</sup>

Feitas essas distinções, podemos retratar de maneira bastante esquemática a existência de tipos solitários laicos pelo menos desde a Idade Média, ainda que muito distantes da nossa experiência moderna. Segundo G. Duby,<sup>3</sup> a tendência geral presente durante toda a época feudal para a frag-

2. Molière, *O misantropo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1990, p. 169.

3. Georges Duby, “A solidão nos séculos XI-XIII”, in: *História da Vida Privada* [H.V.P.], São Paulo, Companhia das Letras, 1990, vol. 2, p. 503-526.

mentação e dispersão das formas sociais levou à individualização de *famílias*, não de indivíduos. Estes permaneciam englobados pelas grandes categorias do parentesco ou da fraternidade. Assim, o mundo da solidão estava sempre para além das fronteiras — físicas e simbólicas — da sociedade. O lugar reservado no imaginário medieval para o sonho de evadir-se, de fugir ao inevitável convívio exigido pela vida gregária, dependia sempre de uma viagem, de um deslocamento espacial. São notáveis as metáforas de caminhos longos e estreitos que povoam a chamada “literatura de evasão” medieval.<sup>4</sup> Uma posição central era ocupada, nessas histórias, pela floresta. Por ela passavam ou nela viviam cavaleiros errantes, eremitas e foras-da-lei, monstros imaginários de diversos tipos, duendes e ogros. O lugar da solidão era perigoso.

Uma nova concepção da vida privada começou a surgir de modo insensível em algum período entre o final da Idade Média e o limiar da Renascença: “ser si mesmo no meio dos outros, no quarto, à janela, com seus próprios bens, sua bolsa, com suas próprias faltas, reconhecidas, perdoadas, com seus sonhos, com sua iluminação, com seu segredo”.<sup>5</sup> Na época feudal não havia, no interior das grandes moradas, espaços previstos para se estar só. Já no início da Renascença começaram a difundir-se, na arquitetura das residências, quartos individuais, então uma novidade.<sup>6</sup> Um quarto para cada um: surge um espaço para a solidão no interior mesmo da casa, protegido por portas com trincos e ferrolhos. Surgem também os

studii, locais para a leitura, a escrita e as artes, onde se guardavam livros, papéis familiares, cartas.

Logo a necessidade de uma localização espa(e)cial da solidão seria superada. Mesmo isolado na biblioteca que construía na torre de seu castelo, o nobre Michel de Montaigne escreve que os tormentos da vida “acompanham-nos até nos claustros e nas escolas de filosofia. Não há desertos, cavernas ou rochedos, mortificações e jejuns que nos libertem”. A solidão aparece, nesse ensaio de 1580, como um prêmio a ser alcançado após a penosa vida em sociedade, a vida que vivemos “para os outros”. Para tanto, não é suficiente um deslocamento espacial, simplesmente evitar a multidão: “é preciso ainda afastar de nós as idéias que nos são comuns, a ela e a nós. É preciso que nos sequestramos e tomemos posse de nós mesmos”. Dessa forma, embora melhor gozada no isolamento, a “verdadeira solidão” não mais depende de um espaço específico. Ela agora também pode ser gozada na cidade e na Corte, mesmo entre a multidão:

“É preciso ter, se possível, mulher, filhos, fortuna e principalmente saúde, mas não se prender a isso a ponto de prejudicar nossa felicidade. É preciso ter como reserva um recanto pessoal, independente, em que sejamos livres em toda a acepção da palavra, que seja nosso principal retiro e onde estejamos absolutamente sozinhos. Aí nos entreteremos de nós com nós mesmos, e a essa conversa, que não versará nenhum outro assunto, ninguém será admitido. Aí nos abandonaremos a nossos pensamentos sérios ou divertidos, como se não tivéssemos mulher nem filhos, nem bens, nem casa, nem criadagem, de maneira que se algum dia eles nos faltarem não nos custe demasiado a carência.

É preciso romper com quaisquer obrigações imperativas. Talvez ainda gostemos disto ou daquilo, mas só a nós mesmos poderemos desposar. Em outras palavras, o que está fora de nós pode não nos ser

4. Danielle Régnier-Bohler, “Ficções”, in: *H.V.P.*, vol. 2, p. 311-391.

5. Duby, op. cit., p. 526.

6. Ver Charles de la Roncière, “A vida privada dos notáveis toscanos no limiar da Renascença”, in: *H.V.P.*, vol. 2, p. 163-309.

indiferente, mas não a ponto de se colar a nós de modo que não se arranque sem nos esfolar e sem levar alguma parcela de nós. A coisa mais importante do mundo é saber pertencer-nos”.<sup>7</sup>

Esse gosto da solidão expresso por Montaigne é considerado por P. Ariès como um dos indícios do processo de privatização que se desenvolveu nas sociedades ocidentais entre os séculos XVI e XVIII.<sup>8</sup> A solidão passava a ser vista não apenas como ascese, mas também como algo que se buscava por prazer, ao menos por alguns momentos. Para além dos exemplos religiosos desenvolvia-se, como escreve P. Braunstein, “um bom uso civil da solidão que pressupõe vontade e capacidade de recolhimento.”<sup>9</sup> Essas imagens da solidão no limiar da época moderna já nos são mais familiares. No entanto, a solidão ainda é algo que se vivencia por momentos, por desvios ocasionais no decorrer da vida em sociedade. O sentimento de solidão, se não precisa mais de espaços específicos para se manifestar, precisa agora de tempos determinados, furtados ao fluxo contínuo da existência.

De qualquer forma, não se deve deixar de ressaltar a novidade histórica e sociológica que esse desenvolvimento cultural representou. Para todas as sociedades anteriormente conhecidas parece ter sido regra que o homem “incapaz de viver em sociedade ou que não precisa dela porque se basta a si mesmo deve ser ou um animal ou um deus”, como escreveu Aristóteles. É óbvio que a existência real de indivíduos bastantes a si mesmos, como se fossem mônadas, estava longe de tornar-se real nesse início da época

moderna — provavelmente, isso nunca virá a ocorrer. Mas já existia, no imaginário social, um espaço para que tal situação fosse pensável. De fato, em 1719 D. Defoe publicou Robinson Crusóé, personagem que I. Watt considera o herói mítico da sociedade moderna.<sup>10</sup> Embora as vinculações dessa história com o advento do moderno capitalismo industrial e a difusão do protestantismo sejam claras, o que aqui nos interessa é o fato de que Crusóé é um solitário, já num sentido bem próximo àquele do qual buscamos traçar a gênese. Ao invés do isolamento levar à degradação e ao rebaixamento a condições próximas às dos animais e dos selvagens,

“Na história de Defoe acontece exatamente o contrário: Crusóé transforma o abandono em triunfo. Defoe deixa de lado a probabilidade psicológica para resgatar sua visão da inexorável solidão humana e por isso exerce tanta atração sobre os que se sentem solitários — e quem não se sente às vezes? Uma voz interior continuamente sugere que o isolamento humano alimentado pelo individualismo é doloroso e tende a levar à animalidade apática e ao desequilíbrio mental; Defoe afirma, confiante, que a solidão pode se tornar o prelúdio da realização mais plena das potencialidades de cada indivíduo; e os leitores solitários de dois séculos de individualismo só podem aplaudir um exemplo tão convincente da transformação da necessidade em virtude, uma visão tão colorida e estimulante dessa imagem universal da experiência individualista: a solidão.”<sup>11</sup>

Individualismo e solidão. Essa relação é essencial para compreendermos nosso *homo solitarius*. Ele só pôde existir com o surgimento do individualismo, processo histórico que, segundo diversos autores (G. Simmel, M. Weber, N. Elias e L. Dumont, entre ou-

7. Michel de Montaigne, “Da solidão”, in: *Ensaíes*, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 1980, 2ª ed., p. 116.

8. Philippe Ariès, “Por uma história da vida privada”, in: *H.V.P.*, vol. 3, p. 7-19.

9. Philippe Braunstein, “Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV”, in: *H.V.P.*, vol. 2, p. 605.

10. Ian Watt, “‘Robinson Crusóé’, o individualismo e o romance”, in: *A ascensão do romance*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, cap. 3.

11. Watt, op. cit., p. 80.

tros) teria dado origem à moderna concepção de indivíduo — ser dotado de uma subjetividade em alguma medida descontínua em relação à sociedade. Com o individualismo, a solidão assume um novo aspecto. Ela não mais aparece, como antes, restrita a espaços ou a tempos determinados. Ela pode, agora, invadir o domínio das relações cotidianas entre os indivíduos; pode também, em maior ou menor grau, tornar-se um dado constitutivo e recorrente da vida de todos nós.

Ulrich, personagem criado por R. Musil em *O homem sem qualidades*, pode ser considerado o tipo ideal do solitário moderno. Nesse romance inacabado, que começou a publicar em 1932, Musil nos apresenta um indivíduo “sem qualidades”: nele, “nada é permanente, tudo é mutável, provisório, precário, contingente: estão abertas, para sempre, todas as possibilidades de ser”.<sup>12</sup> Ulrich não consegue manter relações que coloquem em jogo a totalidade de seu ser, que sinta colarem-se, de alguma forma, a seu próprio self:

“Aquele braço em seu ombro deixou Ulrich inseguro. Era ridículo e desagradável sentir-se abraçado, podia-se dizer que era lamentável; mas Ulrich há muito tempo não tinha um amigo, e talvez por isso aquilo fosse um tanto perturbador. Teria gostado de afastar o braço e involuntariamente tentou fazer isso; mas Arnheim percebeu os pequenos sinais de repulsa e esforçou-se para não o demonstrar; por cortesia, sentindo a difícil situação do outro, Ulrich ficou firme e tolerou o contato, que começou a ter efeito cada vez mais estranho sobre ele, como um grande peso que mergulha num dique pouco sólido e o parte em dois. Sem notar, Ulrich erguera a seu redor, essa parede de solidão, e agora, por uma brecha, jorrava a vida, o pulso de outra pes-

soa, e era uma sensação boba, ridícula, mas um pouco excitante.”<sup>13</sup>

É essa “parede de solidão” que nos interessa entender. Comparemos essa imagem com o que Montaigne recomendou 250 anos antes: tentar evitar que nossas relações “se colem a nós de modo que não se arranquem sem nos esfolar e sem levar alguma parcela de nós.” Se a solidão aparece, neste caso, como um bálsamo, como algo que deve ser conquistado, para Ulrich a solidão é inevitável: nem que queira ele consegue perceber algo como colado a si próprio.

Nosso solitário moderno — o *homo solitarius* — é, em primeiro lugar, habitante de uma metrópole. Como observou G. Simmel num texto de 1902, a vida nas grandes cidades sujeita o indivíduo a uma quantidade enorme de estímulos, de magnitude desconhecida nas sociedades tradicionais.<sup>14</sup> Para sobreviver psiquicamente, o homem metropolitano precisa desenvolver uma atitude de reserva, de indiferença e recusa ao envolvimento emocional com aquilo que lhe é externo: uma atitude *blasé*. Essa atitude confere ao indivíduo um alto grau de liberdade e anonimato, o que possibilita, por um lado, a percepção da própria subjetividade como única, razão direta do grande número de diferentes círculos sociais entre os quais ele transita, sem aderir completamente a nenhum. Por outro lado, a atitude *blasé*, adaptação necessária a uma estrutura de extrema impessoalidade como a metrópole, tem como preço a solidão, cujo sentimento é maior devido à proximidade física com outros milhões de indivíduos.

A existência de um homem *isolado* é uma impossibilidade sociológica, pois os indivíduos só existem como decorrência de

12. Hermano Vianna Jr., “Robert Musil: as qualidades do homem moderno”, *Comunicação* 12, Rio de Janeiro, PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1988, p. 57-58.

13. Musil, op. cit., p. 458.

14. Georg Simmel, “A metrópole e a vida mental”, *O Fenômeno Urbano* (org. Otávio Guilherme Velho), Rio de Janeiro, Guanabara, 1987, 4ª ed., pp. 11-25.

interações sociais, de ações sociais mútuas. O conceito de solidão, como observa Simmel em outro texto, não se esgota no fato de um indivíduo não estar em relação recíproca com outros indivíduos, pois ela pressupõe:

“(…) a existência de uma sociedade que, sendo de algum modo postulada, é imediatamente depois negada. A solidão só adquire seu sentido inconfundível e positivo como efeito longínquo da sociedade, quer se pretenda esta como eco de relações passadas ou como antecipação de futuras, ou como nostalgia, ou como afastamento deliberado. Não fica caracterizado o homem solitário se o consideramos como único habitante do planeta; seu estado vem também determinado pela sociação, embora esta sociação leve sinal negativo. Tanto o prazer como a amargura da solidão são reações ante influxos sociais. A solidão é uma ação recíproca, da qual um dos membros, devido a determinados influxos, se separou realmente; é uma ação recíproca que só idealmente continua vivendo e atuando no espírito do outro sujeito.”<sup>15</sup>

Quando falamos em *homo solitarius* estamos nos referindo, portanto, não à ausência de interações, mas sim a *diferentes graus de intensidade e intimidade vivenciados nas interações sociais*. Esse ponto é essencial para compreendermos o mundo do solitário. Uma abordagem que aqui pode ser útil é a fenomenologia sociológica desenvolvida por A. Schutz.<sup>16</sup> Para esse filósofo, o mundo da vida diária de um indivíduo é um mundo intersubjetivo compartilhado por outros indivíduos que também o vivenciam e interpretam. Os relacionamentos concretos,

no entanto, exibem muitas diferenças entre si — as interações sociais envolvem diferentes graus de concretude, de vividez. Schutz estabelece um contínuo cujos pólos são os relacionamentos “face a face” e os relacionamentos com “meros contemporâneos”. No primeiro pólo estão as situações onde duas experiências “fluem” lado a lado e os participantes podem, a qualquer momento, captar os pensamentos do outro conforme eles passam a existir; além de conceberem um ao outro como pessoas específicas, eles, num certo sentido, “envelhecem juntos”. No outro pólo há um grande decréscimo do número de percepções que se tem do outro e um estreitamento das perspectivas em que ele é visto: é o mundo dos meros “contemporâneos”, aqueles com os quais apenas se habita o mesmo planeta. Voltando a Simmel, podemos pensar que o indivíduo *blasé* habita, basicamente, um mundo de “contemporâneos”. Esse é também o *habitat* do *homo solitarius*. A caracterização sociológica do mundo dos “contemporâneos”, dessa forma, nos permitirá compreender melhor o fenômeno da solidão.

Uma característica básica desse mundo é seu *anonimato*: o mero contemporâneo é “alguém que sei que coexiste comigo no tempo, mas que não vivencio imediatamente. Esse tipo de conhecimento é, por conseguinte, sempre indireto e impessoal”.<sup>17</sup> Um contemporâneo nunca é vivenciado como um eu específico, com ele não “envelhecemos juntos”. Acessível a nós apenas indiretamente, suas experiências subjetivas só podem ser conhecidas na forma de *tipos ideais*. O contemporâneo é figurado como sempre o mesmo e homogêneo, “sem levar em conta todas as mudanças e os contornos definidos que fazem parte da individualidade”.<sup>18</sup> Nas situações “face a face”, ao contrário, os parceiros estão conscientes das *nuances* das experiên-

15. Georg Simmel, *Sociologia*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1939, vol. I, p. 81-82. Traduzi o termo “socialización” por “sociação” seguindo a observação de Evaristo de Moraes Filho na introdução ao volume de Simmel da Coleção Grandes Cientistas Sociais (São Paulo, Ática, 1983, p. 21).

16. Ver Alfred Schutz, *Fenomenologia e relações sociais*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

17. Schutz, op. cit., p. 217.

18. Schutz, op. cit., p. 221.

cias subjetivas um do outro; nesse caso, nunca se está só.

Situações sociais como essas são possíveis em qualquer sociedade, em qualquer período histórico. Um exemplo é dado pela utilização que C. Geertz faz do instrumental teórico de Schutz para estudar a noção de “pessoa” na sociedade balinesa.<sup>19</sup> Entretanto, o mundo da metrópole moderna permite, em grau e quantidade nunca antes conhecidos, a existência de indivíduos que, em seu cotidiano, interagem majoritariamente com “contemporâneos”. É somente numa metrópole moderna que um indivíduo pode, por exemplo, acordar com o auxílio de um despertador, ler o jornal que foi deixado em sua porta, usar um carro para se locomover, ir ao supermercado e comprar comida já preparada, sacar dinheiro num caixa eletrônico e alugar uma fita de vídeo para assistir sozinho. Todas as atividades básicas como informação, alimentação, transporte, lazer etc. foram providenciadas sem que ocorressem interações significativas com outras pessoas;

esse indivíduo transitou por um mundo de meros contemporâneos.

Diversas aproximações poderiam ser feitas entre o surgimento de *homo solitarius* e outras perspectivas teóricas, como por exemplo a de R. Sennet sobre o “declínio do homem público” e a de C. Lasch sobre o narcisismo, característico de um mundo no qual os indivíduos ficam impossibilitados de manter envolvimento efetivos.<sup>20</sup> Não podemos deixar de observar, entretanto, que o *homo solitarius* não é o único tipo social que habita o mundo contemporâneo — embora, como vimos, só nele possa ter existência efetiva. Desde sua origem, o individualismo gerou, como contrapartida, o desenvolvimento de círculos sociais desindividualizadores, que dão a seus integrantes o sentimento de totalidade, de plenitude. É entre esses círculos que se move, sem conseguir aderir a nenhum, o solitário. Como Ulrich, que “sentia-se apenas um fantasma errando pela galeria da vida, atônito, sem conseguir encontrar a moldura na qual enfiar-se”.<sup>21</sup>

19. Clifford Geertz, “Pessoa, tempo e conduta em Bali”, in: *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara, 1989, cap. 8.

20. Richard Sennet, *O declínio do homem público*, São Paulo, Cia. das Letras, 1988, e Christopher Lasch, *A cultura do narcisismo*, Rio, Imago, 1983.

21. Musil, op. cit., p. 461.

## Bibliografia

- Ariès, Philippe.  
1990 "Por uma história da vida privada", in: *História da Vida Privada*, vol. 3, p. 7-19.
- Braunstein, Philippe.  
1990 "Abordagens da intimidade nos séculos XIV-XV", in: *História da Vida Privada*, vol. 2, p. 605.
- Duby, Georges.  
1990 "A solidão nos séculos XI-XIII", in: *História da Vida Privada* [H.V.P.], São Paulo, Companhia das Letras, vol. 2, p. 503-526.
- Geertz, Clifford.  
1989 "Pessoa, tempo e conduta em Bali", in: *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro, Guanabara, cap. 8.
- Lasch, Christopher.  
1983 *A cultura do narcisismo*, Rio, Imago.
- Molière.  
1990 *O misantropo*, Lisboa, Editorial Estampa, p. 169.
- Montaigne, Michel de.  
1980 "Da solidão", in: *Ensaio*, São Paulo, Abril Cultural (Os Pensadores), 2ª ed., p. 116.
- Musil, Robert.  
1989 *O homem sem qualidades*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 530.
- Régnier-Bohler, Danielle.  
1990 "Ficções", in: *História da Vida Privada*, vol 2, p. 311-391.
- Schutz, Alfred.  
1979 *Fenomenologia e relações sociais*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Sennet, Richard.  
1988 *O declínio do homem público*, São Paulo, Cia. das Letras.
- Simmel, Georg.  
1987 "A metrópole e a vida mental", *O Fenômeno Urbano* (org. Otávio Guilherme Velho), Rio de Janeiro, Guanabara, 4ª ed.
- Simmel, Georg.  
1939 *Sociología*, Buenos Aires, Espasa-Calpe.
- Vianna Jr., Hermano.  
1988 "Robert Musil: as qualidades do homem moderno", *Comunicação* 12, Rio de Janeiro, PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ, p. 57-58.
- Watt, Ian.  
1990 "Robinson Crusoe', o individualismo e o romance", in: *A ascensão do romance*, São Paulo, Companhia das Letras, cap. 3.